



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

O tema da dignidade humana em pico

Rafael Salatini

Como citar: SALATINI, R. O tema da dignidade humana em pico. *In:* SALATINI, Rafael. **Cultura e direitos humanos nas Relações Internacionais – vol 2** (org.). Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 13-22.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2016.978-85-7983-803-3.p13-22>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

1.

O TEMA DA DIGNIDADE HUMANA EM PICO¹

Rafael Salatini

A genealogia do fundamento do tema da dignidade humana pode ser procurada na longa tradição do pensamento humanista, pela qual se pode compreender toda a longa tradição que se colocou a tarefa de compreender, descrever, exaltar e defender contra qualquer acometimento as características próprias da condição humana. Tradição essa que passou por vários momentos, entre os quais enumero aqueles que me parecem, numa primeira observação, os mais importantes: (1) o *humanismo epistemológico*, do qual o representante mais importante certamente foi Protágoras de Abdera, que afirmara (em seu escrito *A verdade*): “O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são”; (2) o *humanismo político*, do qual a formulação mais importante (da qual todas as outras serão meras seguidoras) é aquela famo-

¹ Este texto se baseia no curso “Teoria geral dos direitos humanos” que ministrei no programa de Especialização em Direitos Humanos e Cidadania da FADIR-UFGD, nos dias 18 e 19/07/2010, 25 e 26/07/2010, e no curso “Filosofia política e dignidade humana”, que ministrei junto ao mesmo programa, nos dias 12/09/2010, 26/09/2010, 24/10/2010 e 07/11/2010, ambos na cidade de Dourados-MS. O texto foi concluído em nível de Iniciação Científica no curso de Direito do Univem. Foi apresentado com o título de “O tema da dignidade humana” no “III Congresso de Pesquisa Científica: Inovação, Meio Ambiente, Ética e Políticas Públicas”, promovido por Univem/FAJOPA/FATECs de Garça e Lins, nos dias 28/10/2013 a 01/11/2013, na cidade de Marília-SP; e posteriormente com o título “O tema da dignidade humana em Pico” na “XIII Semana de Relações Internacionais da Unesp: Cultura e Direitos Humanos nas Relações Internacionais”, promovido pelo DCPE/FFC/Unesp-Marília, entre os dias 24 a 28/08/2015, na cidade de Marília-SP.

síssima apresentada por Aristóteles no livro I da *Política*: “A razão pela qual o homem, mais do que uma abelha ou um animal gregário, é um ser vivo político em sentido pleno, é óbvia” (1253a); (3) o *humanismo teológico*, presente em Tomás de Aquino, que afirma na *Suma contra os gentios* (1258-1264): “Em quarto lugar, essa consideração assemelha de certo modo os homens com a perfeição divina. Foi demonstrado que Deus, ao se conhecer, esclarece o homem principalmente a respeito de Deus e, pela luz da revelação divina, o faz reconhecedor das criaturas, realiza-se no homem uma certa semelhança da sabedoria divina” (l. II, cap. II, § 4); (4) o *humanismo antropológico*, que podemos observar, entre os inúmeros pensadores renascentistas, em Coluccio Salutati, que afirma: “A sabedoria e a eloquência são dotes característicos do homem, por cujo meio se distingue dos outros animais; e quão excelente, quão glorioso e honroso se torna superar aos outros homens por aqueles dons da natureza, por meio dos quais o homem é superior aos outros animais!”; (5) o *humanismo moral*, cuja exposição máxima se dará na filosofia de Kant, em cuja *Metafísica dos costumes* (1797) se pode ler: “A própria humanidade é uma dignidade; de fato, o homem por nenhum homem (nem pelos outros, nem sequer por si mesmo) pode ser utilizado só como meio, mas sempre ao mesmo tempo como fim, e nisto consiste justamente a sua dignidade (a personalidade), em virtude da qual se eleva sobre todos os outros seres do mundo que não são homens e que, contudo, são suscetíveis de uso; eleva-se, por conseguinte, sobre todas as coisas.” (§ 38); e poderíamos mesmo falar no (6) *humanismo histórico*, cujo desenvolvimento mais marcante pode ser observado na obra de Marx e Engels, que afirmam (confrontando-se com Feuerbach) em *A ideologia alemã* (escrita entre 1845-1846 e publicada, postumamente, em 1932): “Em relação aos alemães, que se consideram isentos de pressupostos, devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’”.

Se quisermos analisar o tema da dignidade humana como exposto por Giovanni Pico della Mirandola, podemos facilmente concluir que o humanismo piquiano consiste numa forma transitória, medianeira, intercessora ou intermediária entre o humanismo teológico (tipicamente medieval) e o humanismo antropológico (primeira forma moderna), tí-

pico do grandioso movimento intelectual renascentista italiano, que possui inevitavelmente características ambíguas, daquele e deste, do antes e do depois, do medievo e da idade moderna, conforme uma *interpretação continuísta* – defendida nas obras de Paul O. Kristeller –, segundo a qual há continuidade entre o pensamento medieval e o pensamento renascentista, o que se pode notar pelas fortes correntes neoplatonistas (representadas especialmente pela escola de Ficino), que retomam o pensamento patrístico, e neoaristotelistas (representadas por autores como em especial Pomponazzi), que retomam o pensamento escolástico, existentes em seu interior, que interligam o pensamento renascentista às tradições medievais, e contra a qual se pode levantar uma *interpretação revolucionista* – defendida nas obras de Eugenio Garin –, segundo a qual o pensamento renascentista representaria uma grande e verdadeira revolução em relação ao pensamento medieval.

Um dos temas mais caros do humanismo renascentista foi justamente a dignidade humana – *magnun miraculum est homo* [grande milagre é o homem] é uma expressão recorrente do Renascimento –, que havia sido tão grandemente defendida por Erasmo quanto duramente atacada por Lutero, segundo se diz que *ubi Erasmus innuit ibi Luterus irruit* [onde Erasmo aludiu, Lutero irrompeu]. Justamente uma das primeiras obras a tratar centralmente do tema será *De dignitate et excellentia hominis* [Da dignidade e da excelência humana] (1452), de Giannozzo Manetti, onde se afirma: “Nossas, quer dizer, humanas, são todas as casas, os castelos, as cidades, os edifícios da terra [...]. Nossas as pinturas, nossa a escultura, nossas as artes, nossas as ciências, nossa a sabedoria. Nossos [...], em seu número quase infinito, todos os inventos, nossos todos os gêneros de línguas e literaturas [...], nossos, finalmente, todos os mecanismos admiráveis e quase incríveis que a energia e o esforço do engenho humano (dir-se-ia antes divino) conseguiram produzir e construir por sua singular e extraordinária indústria.”

Considerado o homem mais sábio, mais rico, mais jovem e mais belo de sua época, Giovanni Pico nasceu em 1463, em Mirandola, e morreu em 1496, em Florença, prematuramente aos 31 anos, sendo posteriormente consagrado na história das ideias como uma figura exemplar do humanismo renascentista, ligado à escola neoplatônica. Recebeu formação humanística em Bolonha, Ferrara, Pádua, Florença e Paris, até chegar a

Florença, onde se ligaria à Academia de Marsílio Ficino, tendo possuído uma das maiores bibliotecas de seu tempo. Sua filosofia era dedicada ao estudo da ação humana e da contemplação mística, sendo verdadeiramente um representante de toda a diversidade do pensamento humanista renascentista, que inclui a cultura clássica, o cristianismo medieval, o misticismo herético, a cultura árabe, o humanismo moderno, entre outras referências.

Como se sabe, Pico desenvolveu o conceito de dignidade humana em seu famoso *De hominis dignitate oratio* [Discurso sobre a dignidade do homem], inicialmente intitulado apenas *Oratio* [Discurso], escrita em 1486, mas publicada apenas postumamente, por seu sobrinho Gianfrancesco della Mirandola, no ano de sua morte. Antes de morrer, Pico sugerira a pretensão de nomear a obra de *Oratio ad laudes philosophiae* [Discurso em louvor à filosofia], mas uma publicação posterior de seus textos datada de 1504 prolatara o título que a consagraria, distorcendo em partes os objetivos do autor, que pretendia apresentá-la como introdução metodológica e explicativa para suas *Conclusiones philosophicae, cabalisticar et theologicae* [Conclusões filosóficas, cabalísticas e teológicas] (1486), conhecidas popularmente como as *900 teses*, que consistem num compêndio de filosofia que contém 900 teses sobre praticamente toda a história da filosofia, das quais 400 teses abordavam as filosofias precedentes e 500 teses sua própria filosofia, consistindo num trabalho monumental dedicado ao *omni scibili* [conhecimento de tudo].

Tal obra serviria para uma discussão filosófica pública, que Pico intentava promover em Roma no ano de 1487, a qual deveria reunir todos os filósofos que se interessassem em debater com ele qualquer tese filosófica (extravagância ainda maior considerada a juventude do autor), discussão que nem chegou a ocorrer e ainda lhe trouxe uma condenação por heresia, contra 13 teses da obra entre aquelas em que exprimia suas próprias ideias, da qual se livrou apenas pela proteção de Lorenzo de Medici. Em defesa de suas ideias, escreveu *Apologia Ioannis Pici Mirandolani, concordiae comitis* (1487), dedicada ao seu protetor, a qual levaria à condenação de todas as 900 teses pelo papa Inocêncio VIII, induzindo Pico a fugir para a França, de onde regressa apenas em 1488, novamente sob a proteção de Lorenzo, recebendo a absolvição em 1493, das mãos do papa Alexandre IV. Como as *Conclusiones* estavam ausentes em várias compilações das obras piquianas

(desde aquela de 1504), a tradição de estudos renascentistas acabou concedendo independência aos dois textos.

Inequívoca demonstração da diversidade de fontes mencionadas por Pico, apresentando (assim como as *Conclusiones*) proposições egípcias, caldeias, gregas, hebraicas, cabalísticas, patrísticas, escolásticas e árabes, a *Oratio*, analisada independentemente, trata, em verdade, de temas diversos que povoam toda a obra do autor: filosofia, retórica, teologia, religião, cabala, humanismo, magia, astrologia e epistemologia. O bojo do texto apresenta não apenas uma nova concepção sobre o lugar do homem no cosmo, mas também diversas teses gerais, como uma distinção entre *ratio philosophica* [razão filosófica] e *ratio theologica* [razão teológica], uma distinção entre sapiência (filosofia) e eloquência (filologia) – que remonta à sua polêmica com Ermolao Barbaro, consagrada na célebre *Carta a Ermolao Barbaro, de genere dicendi philisophorum* [Carta a Ermolao Barbaro, do gênero discursivo da filosofia] (1485) –, uma distinção entre a boa magia e a má magia, uma condenação da astrologia, uma tentativa de conciliação entre o aristotelismo árabe e o platonismo renascentista e um elogio da filosofia. Centralmente, contudo, o discurso aborda dois temas: primeiro, a dignidade humana, e, segundo, a concórdia da filosofia (que pode ser descrito, certamente, como seu tema mais oneroso).

O tema da concórdia filosófica piquiana representa um esforço de conciliação de todas as doutrinas filosóficas, antigas e modernas, a partir dos seguintes princípios: a unidade das religiões antigas e modernas (*prisca theologia*), a unidade de todas as religiões no cristianismo, a unidade do pensamento humano e a unidade da verdade, segundo a qual a verdade é uma, imutável, universal e transcendente, motivo pelo qual todas as filosofias se constituem como uma aproximação da verdade e a concórdia deveria conduzir cada pensamento particular à verdade universal. Esse tema – que lhe rendeu o epíteto de *Princeps Concordiae* [Príncipe da Concórdia] por parte de seus amigos – deu origem a duas interpretações modelares, e diversas, sobre Pico: uma que defende a natureza sincrética (Kristeller) e outra que defende a natureza plural (Garin) de seu pensamento.

Por sua vez, sobre o tema da dignidade humana (ao qual me dedicarei mais aqui), o discurso se inicia com um entusiasmado elogio da condição humana, como criação divina maravilhosa, em várias páginas, das quais

destaco este trecho: “Finalmente, pareceu-me ter compreendido por que razão é o homem o mais feliz de todos os seres animados e digno, por isso, de toda a admiração, e qual enfim a condição que lhe coube em sorte na ordem universal, invejável não só pelas bestas, mas também pelos astros e até pelos espíritos supra-mundanos. Coisa inacreditável e maravilhosa. E como não? Já que precisamente por isso o homem é dito e considerado justamente um grande milagre e um ser animado, sem dúvida digno de ser admirado.”

Depois de elogiar a condição humana, Pico passa a descrever a natureza humana, afirmando que, enquanto os demais seres possuem uma “natureza bem definida”, a humanidade possui uma “natureza indefinida”. Aos outros seres, foram concedidas características específicas (às aves, o voo; aos peixes, o nado; às feras, a agressividade; aos insetos, a indústria; etc.), enquanto aos homens, “a quem nada de especificamente próprio podia conceder, fosse comum tudo o que tinha sido dado parcelarmente aos outros”, não possuindo, assim, “nem um lugar determinado, nem um aspecto que te seja próprio, nem tarefa alguma específica, a fim de que obtenhas e possuas aquele lugar, aquele aspecto, aquela tarefa que tu seguramente desejares, tudo segundo o teu parecer e a tua decisão”. Conclui Pico, portanto, que, enquanto os demais seres são constrangidos “por leis por nós prescritas”, o homem se encontra “não constrangido por nenhuma limitação”, devendo “determiná-las [...] para ti, segundo o teu arbítrio, a cujo poder te entreguei”, sendo essa, portanto, propriamente sua natureza.

Notam-se claramente, assim, duas características da natureza humana presentes na descrição piquiana: (a) primeiro, a *liberdade*, segundo a qual a natureza humana é tal que “não te fizemos celeste nem divino, nem mortal nem imortal, a fim de que tu, árbitro e soberano artífice de ti mesmo, te plasmasses e te informasses, na forma que tivesses seguramente escolhido”; (b) segundo, a *indefinição*, segundo a qual “poderás degenerar até aos seres que são as bestas, poderás regenerar-te até às realidades superiores que são divinas, por decisão do teu ânimo”. Diferentemente das bestas (ou, dir-se-ia hoje, animais), que não são livres, mas são definidas, e dos seres divinos (cujos principais representantes são, na cultura cristã, os anjos), que são livres e definidos, os homens são livres e indefinidos, encontrando-se a natureza humana justamente nessa liberdade-indefinição. A natureza dos animais é não possuir liberdade para escolher o que são e ser definidos de uma e única

forma (condição de iliberdade-definição), sendo uma prova cabal dessa condição que todos os animais de uma mesma espécie são naturalmente iguais uns aos outros. A natureza dos seres divinos é possuir liberdade para escolher o que quiserem ser e, contudo, ser definidos de uma e única forma (condição de liberdade-definição), isso certamente porque a forma que possuem é perfeita e não requer qualquer modificação. A natureza dos homens, por sua vez, é possuir liberdade para escolher o que quiserem ser e não ser definidos de nenhuma forma (condição de liberdade-indefinição), podendo, na linguagem piquiana, tanto degenerar até se aproximar da condição dos animais (com os quais não possuem nenhuma coincidência) quanto regenerar até se aproximar da condição dos seres divinos (com os quais possuem a coincidência da liberdade). Bem entendido, é justamente a possibilidade de degenerar e de regenerar (ou, numa linguagem kantiana, dir-se-ia, piorar ou melhorar) que se encontra a natureza humana, sendo, portanto, igualmente exemplos da liberdade e da indefinição humanas tanto os homens que optam por se degenerar até se parecer com animais quanto os homens que optam por se regenerar até se parecer com seres divinos. Justamente a degeneração e a regeneração humanas serão temas de infinitos escritos anteriores e posteriores sobre a moral humana (respectivamente pelos pensadores pessimistas e otimistas da causa humana).

É preciso considerar, contudo, que, ainda que Pico reconhecesse a liberdade e a definição humanas, podendo tanto os homens degenerarem (inspirando-se nos animais) quanto regenerarem (inspirando-se nos seres divinos), não se mostrava indiferente às escolhas humanas, de modo a que não pugnasse para que os homens fizessem boas opções nesta vida e aceitasse passivamente tanto as más quanto as boas escolhas dos homens. Antes, pugnava, como naturalmente caberia a um pensador cristão, pela inspiração divina e pela regeneração humana. Como se torna claro quando Pico afirma que escrevera tal discurso “para que compreendamos, a partir do momento em que nascemos na condição de sermos o que quisermos, que o nosso dever é preocuparmo-nos sobretudo com isto: que não se diga de nós que estando em tal honra não nos demos conta de nos termos tornado semelhantes às bestas e aos estúpidos jumentos de carga” e “que a nossa alma seja invadida por uma sagrada ambição de não nos contentarmos com as coisas medíocres, mas de anelarmos às mais altas, de nos

esforçarmos por atingi-las, com todas as nossas energias, desde o momento em que, querendo-o, isso é possível.”

No restante do texto, Pico segue desenvolvendo livremente sua variedade temática, permanecendo a dignidade humana como um tema meramente preambular (num texto que, em verdade, se pretendia, como dito, integralmente preambular a uma obra imensamente mais extensa). Restaria apenas dizer aqui que, menos que a influência de sua filosofia será a admiração por sua *persona* que permanecerá vívida por todo o humanismo moderno (e mesmo contemporâneo), especialmente aquele humanismo que retira suas forças da leitura e interpretação das importantíssimas obras renascentistas. Modernamente, Pico seria enaltecido por eminentes pensadores, como Erasmo, Lutero, More, Maquiavel, Kepler, Gassendi, Pascal e Voltaire. Contemporaneamente, a *Oratio* será considerada por Eugenio Garin como o “manifesto do Renascimento”, o que não deixa de ser, isso sim, um título à altura das pretensões imodestas do *Princeps Concordiae* [Príncipe da Concórdia].

BIBLIOGRAFIA PRIMÁRIA

AQUINO, Tomás de. *Suma contra os gentios*. Tradução D. Odilão Moura e D. Ludgero Jaspers. Revisão Luís A. De Boni. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Sulina; Caxias do Sul, RS: Universidade de Caxias do Sul, 1990. v. II, 685p.

ARISTÓTELES. *Política*. Tradução António Campelo Amaral e Carlos Gomes. Lisboa: Vega, 1998. 665p.

KANT, Immanuel. *Metafísica dos costumes, parte II: princípios metafísicos da doutrina da virtude*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Eds. 70, 2004. 149p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2011. 614p.

PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Tradução Maria de Lurdes Dirgado Ganho. Lisboa: Eds. 70, 2006. 103p.

ROMEYER-DHERBEY, Gilbert. *Os sofistas*. Tradução João Amado. Lisboa, Eds. 70, 1986. 124p.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA (PICO)

DOUGHERTY, M. V. (Ed.). *Pico della Mirandola: novos ensaios*. Tradução Getulio Schanoski Jr. São Paulo: Madras, 2011. 264 p.

GANHÓ, Maria de Lurdes Dirgado. Acerca do pensamento de Giovanni Pico della Mirandola. In: PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. *Discurso sobre a dignidade do homem*. Tradução Maria de Lurdes Dirgado Ganho. Lisboa: Eds. 70, 2006. p. 9-46.

GARIN, Eugenio. Giovanni Pico della Mirandola. In: GARIN, Eugenio. *La revolución cultural del Renacimiento*. Traducción Domènec Bergadà. Barcelona: Crítica, 1984. p. 159-196.

KRISTELLER, Paul O. Pico. In: KRISTELLER, Paul O. *Ocho filósofos del Renacimiento italiano*. Traducción María Martínez Peñaloza. México: FCE, 1970. p. 77-98.

TOUSSAINT, Stéphane. Giovanni Pico della Mirandola. In: BLUM, Paul Richard (Org.). *Os filósofos da Renascença: uma introdução*. Tradução Nélio Schneider. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2003. p. 91-105.

BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA (RENASCIMENTO)

ABBAGNANO, Nicola. *História da filosofia*. Tradução Nuno Valadares e António Ramos Rosa. Lisboa: Presença, 2000. v. 5, 160 p.

BATTLORI, Miguel. *Humanismo y Renacimiento: estudios hispano-europeos*. Traducción Montserrat Parramon e Horacio Vázquez. Barcelona: Ariel, 1987. 197p.

CASSIRER, Ernst. *Indivíduo e cosmo na filosofia da Renascença*. Tradução João Azanha Jr. e Mario Eduardo Viário (gr. e lat.). São Paulo: Martins Fontes, 2001. 309p.

CHABOD, Federico. *Escritos sobre el Renacimiento*. Traducción Rodrigo Ruza. México: FCE, 1990. 687p.

DRESDEN, Sem. *O humanismo no Renascimento*. Tradução Daniel Gonçalves. Porto: Inova, 1968. 259p.

GARIN, Eugenio. *La revolución cultural del Renacimiento*. Traducción Domènec Bergadà. Barcelona: Crítica, 1984. 352p.

GARIN, Eugenio. *El Renacimiento italiano*. Traducción A. Vicens. Barcelona: Ariel, 1986. 267p.

GARIN, Eugenio. *Idade Média e Renascimento*. Tradução Isabel Teresa Santos e Hossein Seddighzadeh Shooja. Lisboa: Estampa, 1994. 299p.

- GARIN, Eugenio. *Ciência e vida civil no Renascimento italiano*. Tradução Cecília Prada. Revisão José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Ed. Unesp, 1996. 197p.
- GARIN, Eugenio. *O zodíaco da vida: a polêmica sobre a astrologia do século XIV ao século XVI*. Tradução Isabel Teresa Santos e Hossein Seddighzadeh Shooja. Lisboa: Estampa, 1997. 131p.
- GRANADA, Miguel Angel. *Cosmologia, religion y politica en el Renacimiento: Ficino, Savonarola, Pomponazzi, Maquiavelo*. Barcelona: Anthropos, 1988. 271p.
- KAMEN, Henry Arthur Francis. *O amanhecer da tolerância*. Tradução Alexandre Pinheiro Torres. Porto: Inova, s/d. 259p.
- KRISTELLER, Paul O. *El pensamiento renacentista y sus fuentes*. Comp. M. Mooney. Traducción Federico Patán López. México: FCE, 1993. 366p.
- KRISTELLER, Paul O. *Ocho filósofos del Renacimiento italiano*. Traducción María Martínez Peñaloza. México: FCE, 1970. 222p.
- KRISTELLER, Paul O. *Tradição clássica e pensamento do Renascimento*. Tradução Artur Morão. Lisboa: Eds. 70, 1995. 151p.
- MONDOLFO, Rodolfo. *Figuras e idéias da filosofia da Renascença*. Tradução Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo: Mestre Jou, 1967. 252p.
- POCOCK, John G. A. *El momento maquiavelico: el pensamiento politico florentino y la tradicion republicana atlantica*. Traducción Marta Vasquez-Pimentel e Eloy Garcia. Madrid: Tecnos, 2002. 668p.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da filosofia: do humanismo a Descartes*. Tradução Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2005. 321p.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. Tradução Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. Revisão Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 724p.
- SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Unesp, 2000. 142p.
- VÉDRINE, Hélène. *As filosofias do Renascimento*. Tradução Marina Alberty. [Portugal]: Europa-América, s/d. 130p.